

## O perigoso problema presidencial

Raul PILA

O sr. Juscelino Kubitschek fez em Brasília veementes declarações de que não aceita, nem a reeleição, nem a prorrogação do seu mandato.

Nenhum motivo há para descrer da sua sinceridade. Ao contrario, a razão leva a aceitá-la. Mas o proprio fato que o presidente da Republica se veja obrigado a vir fazer declarações tais, quando, segundo a Constituição vigente, nem prorrogação, nem reeleição são licitas, demonstra haver alguma coisa de consistente no pouco democratico proposito.

Realmente, grande é a tentação. E maior ainda, do que no titular do poder que se quer dilatar, nos varios circulos que dele dependem. Todo beneficiario tende a querer mais beneficios e difficilmente se resigna a ver secar-lhe a fonte. O presidente pode não querer continuar alem do prazo, mas, se assim é, desconfie dos seus amigos, que contra o seu desejo naturalmente hão de conspirar.

Alem desta razão muito proxima e muito humana e, sobretudo, natural num regime consistente no exercicio do poder pessoal, há motivos que propriamente se poderiam denominar politicos.

Toda eleição presidencial é uma aventura de imprevisiveis consequencias. Trouxe-nos a ultima o Onze de Novembro, com o enquistamento do poder militar no poder civil. Em verdade, o regime atualmente praticado não é o desenhado pelos constituintes de 1946: deformou-o uma eleição, que o deveria realizar. Será preciso lembrar o pleito presidencial de 1929, que determinou a malograda revolução de 1930?

Natural é, pois, a hesitação ante cada campanha sucessoria. Que trará ela? Alem disto, não é facil, já não digo eger o candidato, mas escolhê-lo. É operação delicada, que suscita controversias e rivalidades. E se facil não é escolher o candidato, outras vezes extremamente difficil se faz evitar certas escolhas. Ora, a prorrogação do mandato, ou a reeleição suprimem este periodo incerto e laborioso. Outro não é, seguramente, o motivo por que nos Estados Unidos tão frequentes se têm tornado as reeleições. É a solução mais comoda para o partido que está no governo. E, no atual caso brasileiro, talvez fosse inevitavel, se já não houvesse candidatos inarredaveis, que complicariam o problema.

Entretanto, poder-se-ia eliminar o risco de tão perigosa aventura, com a reforma da Constituição que se encontra paralisada na Camara dos Deputados por falta da presença regimental. Resolver-se-ia o terrivel problema, eliminando-o. Estabelecido o sistema parlamentar, deixaria de existir o poder pessoal, que tão perigosas disputas acende, e do Congresso, elevado a maior dignidade, passaria a depender a formação do governo.

Esta é hoje a convicção da grande maioria, senão quase unanimidade da Camara dos Deputados. A ela chegaram muitos dos que até há pouco impugnavam a reforma. Compreenderam finalmente o risco mortal do regime vigente. Mas esta é uma convicção pessoal, não politica: isto é, uma convicção capaz de se traduzir numa decisão de ordem politica. Para chegar a isto, seria mister vencer ainda certas inibições extra-parlamentares, que já teriam cessado, se houvesse bom-senso nos que estão mandando e mais confiam na força, que na razão.